

**ATA DA 56ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE PARTICIPAÇÃO, DIÁLOGO E CONTROLE SOCIAL - CT-PDCS/CIF**

Nos dias dezessete e dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e dois, na sala virtual - via Google Meet, foi realizada a **56ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social/CT-PDCS**, constituída no âmbito do Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC) e do Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC-Gov), ambos os Acordos referentes ao desastre da barragem da Samarco, em Mariana/MG. As reuniões - preparatória e pública tiveram pautas distintas, seguindo abaixo os registros da reunião pública, que foi transmitida ao vivo pelo Youtube e encontra-se disponível através do *link* <https://youtu.be/16d71xJUZIQ>:

**1) Apresentação e manifestações dos participantes.**

**Participantes da reunião preparatória à 56ª Reunião Ordinária da CT-PDCS - Dia: 17/02/22 - Horário: 13h37 às 16h16.**

Cintia Dall’Agnol (FGV/MPF), Daniela Félix (FBDH), Edivânia Gomes (Comissão de Atingidos de São José do Goiabal), Fabiano Louzada (SECONT/ES), Haydée Frota (FGV/MPF), João Luiz Paste (IJSN), Josmar Coelho (Prefeitura de Governador Valadares), Lindalva Feitosa (FBDH), Marta Zorzal (UFES), Lorena Gontijo (Comitê Pró-Rio Doce MG), Soraya Benetti (FLACSO), Tatiana Tatagiba (SETADES), Thamara Uliana (ASPERQD), Verônica Coutinho (SEGOV/MG) e Walquíria Soares (AGERH/ES).

**Participantes da 56ª Reunião Ordinária Pública da CT-PDCS - Dia: 18/02/21 - Horário: 13h42 às 19h10.**

Aerton Paiva (Renova), Cintia Dall’Agnol (FGV/MPF), Crhistian Souza (Renova), Daniela Cristina (FBDH), Fabiano Louzada (SECONT/ES), Felipe Rossi (Renova), Haydée Frota (FGV/MPF), Iara Morena (Renova), João Luiz Paste (IJSN/ES), João Lagüéns (Renova), Josianne Mara (Renova), Josmar Coelho (Prefeitura de Governador Valadares), Juliana Rocha (Renova), Lilian Vidal (Renova), Lindalva Feitosa (FBDH), Maria Izabel Faria (E&Y), Maria Thereza Teixeira (Renova), Mariana Melo (Renova), Marily Gallote (Renova), Marta Zorzal (UFES), Matheus Faraci (Comitê Pró-Rio Doce MG), Pedro Strozemberg (Renova), Ramon Lopes (E&Y), Sandra Lúcia de Paula (Renova), Soraya Benetti (FLACSO), Tatiana Tatagiba (SETADES), Thamara Uliana (ASPERQD), Verônica Coutinho (SEGOV/MG) e Walquíria Soares (AGERH/ES).

Após a apresentação dos membros, o Sr. João Luiz Paste, coordenador interino da CT-PDCS, fez a leitura da pauta e iniciou o debate dos itens da reunião, conforme descritos a seguir:

**2) Aprovação da Ata da Reunião: 55ª RO da CT-PDCS.**

<b>Discussão</b>	João Paste informou que a governança da FR solicitou inclusão de trecho na ata e que o ajuste foi realizado. Após consulta aos membros, a ata da 55ª RO da CT-PDCS foi aprovada, sem objeção. João Paste expôs que a ata aprovada seria publicada no site do IBAMA no início da próxima semana.
------------------	---

**3) Apresentação pela Ouvidoria: - Encaminhamentos sobre a pesquisa de satisfação dos usuários da Ouvidoria em 2022; - Indicador de tempo (20 dias x 30+30 dias) e sugestão de fixação de metas para Ouvidoria em 2022.**

<b>Discussão</b>	Com relação aos <b>encaminhamentos sobre a pesquisa de satisfação dos usuários da Ouvidoria em 2022</b> , Pedro Strozemberg realizou breve introdução e apresentou a empresa Prática Reversa que está trabalhando na pesquisa de satisfação. Convidou a CT para participar de reunião de trabalho entre a ouvidoria e a empresa, na próxima terça-feira para uma apresentação mais detalhada dos instrumentos utilizados na pesquisa. João Langüéns, coordenador geral da pesquisa, realizou apresentação de documento em PPT, que consta em memória de áudio. O documento apresentado em PPT encontra-se no arquivo da CT-PDCS para eventuais consulta. Tendo em vista o cronograma
------------------	--

Discussão

apresentado relativo à pesquisa de satisfação, Fabiano Louzada questionou se seria suficiente o curto período entre a finalização do período pré-teste e o início das entrevistas para a pesquisa. João Laügéns disse que o cronograma apresentado poderia sofrer adequações, caso necessário. A Prof.<sup>a</sup> Marta mencionou a idade como um ponto de atenção para a amostra estratificada. João Langüéns contextualizou brevemente sobre o universo amostral da pesquisa quantitativa, as estratificações e a pesquisa qualitativa. Nesse contexto, Haydée perguntou onde se encaixava o atingido que não conseguiu o acesso à ouvidoria. Fernanda Carvalho pontuou que há uma taxa de desistência de 0,5% no acesso à ouvidoria por telefone e que não recebem reclamações de pessoas que não tiveram êxito em acessar a ouvidoria através do e-mail nos canais de relacionamento. Josmar compartilhou que considerava pequena a amostra de 147 pesquisados. Pedro Strozemberg concordou, mas disse que foi convencido estatisticamente. João Paste concordou que o percentual de pesquisados era pequeno, considerando o amplo recorte amostral. Em relação aos objetivos da pesquisa, João Paste solicitou à equipe da FR que os ajustes de procedimentos fossem tratados e discutidos com a máxima participação de atingidos. João Paste chamou a atenção para a informação de que 37% das manifestações na ouvidoria foram feitas por advogados e perguntou se as 1600 manifestações registradas na ouvidoria nos últimos seis meses tiveram resposta. Salientou que entre os pesquisados não sejam priorizados os melhores atendidos pela ouvidoria e evidenciou a importância da metodologia da pesquisa qualitativa. João Langüéns esclareceu os questionamentos da coordenação em relação à pesquisa qualitativa e disse que haverá um questionário direcionado aos advogados. Sobre o tema **Indicador de tempo (20 dias x 30+30 dias) e sugestão de fixação de metas para Ouvidoria em 2022**, Pedro Strozemberg realizou apresentação de documento em PPT, qual consta em memória de áudio. O documento apresentado encontra-se no arquivo da CT-PDCS para consulta. A equipe da ouvidoria elencou alguns motivos que dificultam as respostas às manifestações dentro do prazo de 20 dias estabelecido na Deliberação CIF nº 105. Fabiano questionou em que momento a ouvidoria considera finalizada uma manifestação. Fernanda respondeu que depende de cada caso; que a finalização de todas as manifestações dependem da sinalização da equipe da ouvidoria à empresa terceirizada e que existe um nível de subjetividade; que o objetivo é dar solução ao que foi solicitado; que existem manifestações com devolutivas negativas compreensíveis e que ao menos podem trazer esclarecimento ao manifestante. Fabiano pontuou que o retorno em 20 dias às manifestações seria um prazo curto, mas que talvez 60 dias não seria um prazo justo para o retorno aos atingidos. Exibiu o Painel da Ouvidoria do Governo do Estado do ES, demonstrando brevemente o seu desempenho. Ressaltou que uma das justificativas para a criação de uma Fundação privada era a agilidade no atendimento ao pleito dos atingidos e que percebe o melhor desempenho na Ouvidoria Pública do que na Ouvidoria privada. Disse que a utilização da Lei nº 13.460 chamou sua atenção, como justificativa apresentada para o aumento dos prazos das respostas às manifestações (30+30 dias), tendo em vista que nas tratativas da implementação das melhorias no Portal da Transparência a equipe da FR evidenciou que a Lei era aplicável somente à Administração Pública. Haydée ponderou as motivações para a criação da Ouvidoria. Salientou que os atingidos têm prazos a cumprir. Pontuou que caberia um investimento maior na ouvidoria e que achava muito temerário a ampliação de prazos nesse momento; que o aprimoramento do trabalho da Ouvidoria ocorrerá também por uma mudança de postura daquele que é o mandatário para responder por ela. João Paste agradeceu a apresentação. Disse que após os resultados da pesquisa de satisfação e vencido o processo de repactuação, em tempo oportuno, terão mais elementos para convergência através de uma proposta formalizada. Sugeriu que nessa proposta não haja a flexibilização de tempo para o atendimento às manifestações consideradas urgentes em função da situação de vulnerabilidade da pessoa atingida, sanando as situações

<p><b>Discussão</b></p>	<p>graves no menor prazo possível, se possível no prazo de 20 dias como determina a Deliberação CIF nº 105 ou, como mencionado por Fabiano, em um prazo justo ao atingido. João Paste perguntou se existe algum filtro para que os aspectos relacionados ao reassentamento não cheguem na Ouvidoria. Fabiano disse que é notório o avanço o trabalho da Ouvidoria, porém destacou que se porventura houver a dilação dos prazos, a equipe deve estar atenta para que a busca pela melhoria dos indicadores não se perca. Em relação ao retorno dentro do prazo às manifestações dos atingidos em questão de vulnerabilidade, sugeriu a implementação do Acordo do Nível de Serviço. Para dar transparência à sociedade em relação ao trabalho desenvolvido, Fabiano propôs ao ouvidor a criação de um painel de indicadores. Pedro Strozemberg comentou sobre os desafios da Ouvidoria e pontuou que não há uma definição sobre a vulnerabilidade. A Prof.ª Marta refletiu sobre os prazos dos processos rotinizados e sobre a busca de mecanismos de flexibilização para casos atípicos. Sobre as manifestações relativas ao reassentamento, Pedro expôs que a pandemia atrapalhou muito e que é preciso mais empenho da Ouvidoria para acompanhar de forma sistemática e regular as pessoas atingidas em Mariana.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E.56-1</b> - Apresentar os indicadores com as reflexões pontuadas na 56ª RO da CT-PDCS e os primeiros resultados da pesquisa de satisfação. <b>Responsável:</b> Ouvidoria. <b>Prazo:</b> 58ª RO da CT-PDCS.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E.56-2</b> - Apresentar um quadro com a média das manifestações não atendidas. <b>Responsável:</b> Ouvidoria. <b>Prazo:</b> 57ª RO da CT-PDCS.</p>
<p><b>4) Devolutivas e atualizações de Encaminhamentos:</b> - <b>Atualização das implementações feitas em cada período, relativas ao Portal da Transparência e à Plataforma Georreferenciada;</b> - <b>Atualização das tratativas para implantação das bases do CIT de Mariana, GV e Linhares;</b> - <b>Atualização da implantação de pontos de acesso à plataforma;</b> - <b>Proposta para realização de webinários em 2022;</b> - <b>Atualização da proposta de revisão do Programa de Informação para a População, considerando demandas, consensos e justificativas da 9ª RE da CT-PDCS (E9RE.1).</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>Iara Morena realizou apresentação com a <b>atualização das tratativas para implantação das bases do CIT de Mariana, GV e Linhares; Atualização da implantação de pontos de acesso à plataforma; a proposta para realização de webinários em 2022; e a atualização da proposta de revisão do Programa de Informação para a População, considerando demandas, consensos e justificativas da 9ª RE da CT-PDCS (E9RE.1)</b> através de documento em PPT, qual consta em memória de áudio. O documento apresentado encontra-se no arquivo da CT-PDCS para eventuais consultas. Sobre as tratativas com os entes públicos para as instalações das bases físicas do CIT, Josmar informou que foi encaminhada à FR a documentação referente à Praça Getúlio Vargas e que a princípio não há qualquer restrição. Iara confirmou o recebimento, e disse que a equipe de licenciamento precisa seguir com os encaminhamentos. João Paste agradeceu a apresentação da equipe da FR com as atualizações e a interface realizada com as Prefeituras de Mariana e Governador Valadares para os avanços em relação às bases físicas do CIT. A Prof.ª Marta comentou que está na torcida para a consolidação do PG 35. Quanto à sugestão de temas para o Webinário, a Prof.ª Marta propôs o tema da “Participação Social”. João Paste subscreveu a sugestão e propôs que a CT discuta sobre os temas para os webinários na próxima RO preparatória, sugerindo também a equipe do programa o tema “Memórias”. Iara pontuou que os temas sugeridos eram bem importantes, pediu sugestão de palestrantes e convidou a Prof.ª Marta para palestrar sobre a “Participação Social”. Em relação a <b>atualização das implementações feitas em cada período, relativas ao Portal da Transparência e à Plataforma Georreferenciada</b>, Marily pontuou que conforme a renegociação dos prazos com a CT, fariam a primeira</p>

<p><b>Discussão</b></p>	<p>entrega das ações de implementação no Portal da Transparência constantes nas NTs nº 25 e 26. Expôs que 100% dos dados no Portal da Transparência estavam atualizados. Sobre o tema, Felipe Rossi, Aerton Paiva e Marily realizaram apresentação de documento em PPT que se encontra nos arquivos da CT-PDCS e em memória de áudio para eventuais consultas. Fabiano perguntou se é feito o acompanhamento dos acessos ao Portal da Transparência por meio de plataforma específica e em caso afirmativo se existe a possibilidade do compartilhamento dos dados e dos avanços com a CT. Marily respondeu que o acompanhamento é feito e que podem apresentar os dados na próximas RO. João Paste agradeceu a apresentação e ressaltou que mensalmente as atualizações serão reportadas à CT, conforme acordado em reunião anterior. Pontuou que recebeu da SECEX e enviará devolutiva quanto ao ofício FR 2021.2071, referente à dilação dos prazos para entrega do previsto nas Deliberações CIF nº 506 e 530.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E-56.3-</b> Atualizações sobre o PG 35: tratativas para implantação das bases do CIT de Mariana, GV e Linhares; apresentação de proposta para realização de webinários em 2022; e a atualização da proposta de revisão do Programa de Informação para a População, considerando demandas, consensos e justificativas da 9ª RE da CT-PDCS (E9RE.1). <b>Responsável:</b> FR. <b>Prazo:</b> próxima RO.</p>
<p><b>5) Apresentação pela E&amp;Y: - Procedimento de Asseguração Individual – PAI referente ao ciclo 02 de auditoria do PG 06 - Pilar Canais de Relacionamento; - Procedimento de Asseguração Individual - PAI, referente ao ciclo 02 de auditoria do PG 06 - Pilar Comunicação; - Procedimento de Asseguração Individual – PAI, referente ao ciclo 02 de auditoria do PG 06 – Pilar Participação e Diálogo Social.</b></p>	
<p><b>Discussão</b></p>	<p>Ramon Lopes realizou apresentação de documento em PPT, referente ao Procedimento de Asseguração Individual do ciclo 02 de auditoria do Pilar Comunicação, Pilar Canais de Relacionamento e Pilar Participação e Diálogo Social do PG 06, qual consta em memória de áudio. O documento apresentado em PPT encontra-se no arquivo da CT-PDCS para eventuais consultas. Em relação à informação evidenciada por Ramon em sua apresentação, de que a E&amp;Y não identificou no escopo do documento de definição do PG 06 um processo relacionado à implementação das ações referentes à alínea “b” da cláusula 67 do TTAC, e que este item de cláusula não está sendo objeto de verificação pela E&amp;Y durante este ciclo de auditoria, João Paste destacou que esse ponto pode ser um problema de tratamento, em tempo oportuno, quando a CT e a E&amp;Y serão demandadas, referente ao cumprimento da cláusula e ao encerramento do programa. Ramon concordou e disse que os apontamentos feitos no ciclo de auditoria, constantes no PAI emitido pela E&amp;Y e encaminhado à CT e à FR, são justamente um alerta. João Paste perguntou se a E&amp;Y recebeu manifestação da FR, quanto à observação feita sobre a alínea “b” da cláusula 67 do TTAC. Ramon afirmou que não recebeu retorno sobre o item. João Paste perguntou se Marily tinha algo a acrescentar. Nada foi acrescentado. Com relação ao disposto na alínea “c” da cláusula 67 do TTAC, João Paste apontou que conforme entendimentos anteriores, o item será verificado no ciclo de auditoria do PG 06. Não houve manifestação da FR em relação a alínea “c”. Sobre o ofício nº68/2021/EY, encaminhado pela E&amp;Y ao CIF e à CT-PDCS, que destacou como impedimento da CT-PDCS, a ausência de definição de critérios e atividades mínimas relacionadas ao disposto na cláusula 66 do TTAC, referente à criação de uma equipe de comunicação e participação social multidisciplinar, com profissionais e estrutura adequada, no âmbito do Pilar Comunicação do PG 06, Marily afirmou que existe uma equipe de comunicação composta de 27 profissionais técnicos capacitados, com formações diversas e que precisa de mais esclarecimentos sobre o que seria então essa multidisciplinaridade. João Paste disse que a CT também foi surpreendida pelo impedimento descrito no relatório da E&amp;Y e que cabe a FR a definição dessa equipe multidisciplinar. Ramon disse que a cláusula 66 do TTAC é bem genérica; que a CT-PDCS e o CIF foram envolvidos como responsáveis, considerando que caso haja o entendimento, o próximo</p>

<p><b>Discussão</b></p>	<p>documento de definição do PG 06 possa determinar as premissas básicas relacionadas à equipe multidisciplinar e a estrutura adequada do Pilar Comunicação. João Paste disse que talvez essa questão seria esclarecida, quando no próximo ciclo de auditoria a equipe da FR apresente o documento com a descrição das atividades da equipe de comunicação da FR, mencionada por Marily, pois em seu entendimento não cabe a CT-PDCS dizer à FR qual a composição de uma equipe multidisciplinar. A Prof.ª Marta salientou que a definição de uma equipe multidisciplinar é de autonomia da FR e que cabe às CTs a avaliação do resultado da produção dessa equipe. Maria Izabel pontuou que falta clareza no TTAC quanto à definição do que seria uma estrutura adequada da equipe multidisciplinar e a qualificação dos profissionais para compor essa equipe, por isso consta como impedimento no relatório; e que em seu entendimento a FR sugere às especificações, a CT avalia e o CIF aprova tais especificações, e que por isso constam como os responsáveis no relatório da E&amp;Y. João Paste sugeriu que o material mencionado por Marily seja encaminhado a E&amp;Y em resposta à premissa da cláusula 66 para demais esclarecimentos. Ainda sobre o ofício nº 68/2021/EY, que evidenciou as manifestações registradas no SGS sem responsável para retorno ao manifestante, como impedimento identificado em auditoria, João Paste registrou que a CT solicitou há alguns meses e que há registro em atas anteriores, que toda manifestação tivesse endereçamento, e que isso é preocupante. Maria Tereza solicitou que a E&amp;Y especificasse o quantitativo de manifestações sem o registro dos responsáveis e apresentasse as tratativas para resolução do ponto em questão. Brevemente, apresentou o funcionamento do Núcleo de Informações Institucionais (NII). Ramon respondeu que os impedimentos apresentados são baseados no primeiro ciclo de auditoria e que em consulta à base de manifestações, extraída em janeiro de 2022 junto à FR, foram identificadas 41 mil manifestações não gerenciadas pelo Pilar Canais de Relacionamento, em um universo de 992 mil manifestações, uma média de 4%. Ramon informou que a previsão de conclusão dos relatórios do PG 06: Pilar Ouvidoria até o final de março, Pilar Comunicação nos próximos 2 meses, Pilar Canais de Relacionamento de 2 a 3 meses e o Pilar Participação e Diálogo Social de 3 a 4 meses. João Paste agradeceu a apresentação feita pela E&amp;Y. Maria Thereza informou que foi encaminhada à CT a apresentação com o status de funcionamento dos CIAs no mês de fevereiro/22.</p>
<p><b>Encaminhamento</b></p>	<p><b>E.56-4</b> – A FR deve apresentar a E&amp;Y as evidências sobre a equipe multidisciplinar em resposta à premissa da cláusula 66, conforme acordado na 56ª RO da CT-PDCS. <b>Responsável:</b> FR.</p>

O coordenador interino João Paste agradeceu a presença de todos. **A 56ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Participação, Diálogo e Controle Social** encerrou-se às dezenove horas e dez minutos.